

Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde¹

Differences and intersectionalities: notes for thinking about health practices

LUIZ MELLO – UFG
ELIANE GONÇALVES – UFG

RESUMO

Neste artigo propomos uma reflexão sobre a construção social da diferença e de como as marcas que nos definem como pessoas no mundo social operam produzindo desigualdades múltiplas. Adotamos o conceito de interseccionalidade para pensar as desigualdades em geral e as que afetam as práticas de saúde em particular. O que se objetiva é contribuir para a construção de uma analítica que supere as visões parciais e dicotômicas no tratamento das diferenças, numa realidade social regida por desigualdades estruturadas e estruturantes.

Palavras-chave: Diferença. Desigualdade. Interseccionalidade. Práticas de saúde.

ABSTRACT

In this article we propose a reflection on the social construction of difference and of how the markers that define us as persons in the social life work producing multiple inequalities. We adopt the concept of intersectionality to think about inequalities in general and those which affects the health practices in particular. It aims to contribute to the construction of an analytical framework that surpasses partial and dichotomic visions in the treatment of differences in a social reality rulled by structured and structuring inequalities

Keywords: Difference. Inequality. Intersectionality. Health practices.

1 Este artigo decorre de um diálogo iniciado pelas/os autoras/es na Roda de Conversa “Interseccionalidades: equidade e inclusão”, no contexto das oficinas do projeto “AIPS” – Ações intersetoriais em promoção da saúde –, realizadas em Pirenópolis, de 21 a 23 de outubro de 2008. Agradecemos a Dais Gonçalves Rocha pelo convite que proporcionou a conversa inicial e também a retomada da interlocução agora materializada neste texto.

Ser mulheres juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser garotas gays juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser mulheres negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras sapatonas juntas não era suficiente. Éramos diferentes... Levou algum tempo para percebermos que nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de alguma diferença em particular (LORDE, 1982, p. 226 *apud* HARAWAY, 2004, p. 227).

A epígrafe da “casa da diferença” nos conduz a trilhas cujo percurso é dado por eixos que formam vários cruzamentos. Neste caso, a trilha é a diferença e os eixos, os diversos “marcadores” que são socialmente definidos para delimitar, classificar, hierarquizar e padronizar. Referimo-nos aos eixos dos sistemas de gênero, da “raça”, da etnia, da sexualidade, da idade/geração, da localidade geográfica, da classe, do estado civil ou conjugal, dentre muitos outros. Para compreender como se constroem os percursos e os cruzamentos da construção identitária interseccionada, pode ser estimulante pensar sobre a diferença e sua expressão social mais perversa, a desigualdade, presente em todos os âmbitos da vida social e em especial no acesso aos serviços de saúde.

REALIDADE SOCIAL E DESIGUALDADES OU “ONDE ESTAMOS NO MAPA SOCIAL”?

Em um texto já tornado clássico, Peter Berger (2007) utiliza a metáfora do mapa de coordenadas geográficas para explicar a relação indivíduo-sociedade, tentando escapar às polarizações que marcaram esta discussão nas ciências sociais desde o século XIX. O intuito do autor é que o/a leitor/a compreenda a intrincada conexão de aspectos da formação social nos processos de socialização. Sua pergunta inicial é: como nos localizamos no mapa social?

Para Berger (2007), nossa localização no “mapa social” é determinada por pelo menos três forças sociais específicas: o sistema de estratificação (fundado em múltiplos aspectos culturais, sociais e econômicos, tais como a classe, a raça, a etnia, o gênero, a idade, a sexualidade etc.); o controle exercido pela sociedade sobre nós (entendido como coerção ao modo de Durkheim ao definir fato social) e os papéis sociais² que somos chamados a desempenhar em cada contexto social particular. Ou seja, cada um/a de nós traz em sua bagagem: uma origem de nascimento, numa cultura particular; uma referência de classe

2 Seguindo Peter Berger, a partir da teoria dos papéis podemos imaginar a sociedade como um drama. À maneira do teatro, nós, atores e atrizes sociais, desempenhamos nossos papéis em planos distintos, tendo sempre por referência um “outro” diferente de “nós”. Um papel social é, segundo o autor, a resposta social a uma expectativa social, ou seja, seu desempenho está atrelado a um roteiro ou script previamente definido. A quantidade de papéis sociais em cada sociedade é ilimitada, embora existam papéis que “pareçam” universais, como os de homem e de mulher. Esta maneira de entender a formação social é fortemente criticada por seu caráter naturalizador e por ocultar as complexas malhas de poder articuladas na aquisição e reprodução dos papéis sociais. Inspirada no livro *Gender and Power* de em Robert W. Connell, Adriana Piscitelli (2002) chama a atenção para o fato de que não ouvimos falar em papéis de classe ou de raça, mas apenas papéis sexuais. A teoria social funcionalista, hegemônica nos anos 1950, não levou em conta os elementos ou aspectos produtores de diferenças na vida social. Ademais, as diferenças são também históricas e o que percebemos e interpretamos como diferenças muda com o tempo.

social definida a partir da posse de bens materiais e simbólicos, posições de poder e prestígio; marcas corporais e psicológicas que podem definir se somos homens ou mulheres; uma classificação num sistema racializado baseado na cor da pele ou em outros fenótipos; uma orientação sexual expressa de modo público ou não; uma idade que sinaliza o que é permitido ou proibido, e assim por diante. Esses sistemas de classificação a partir de “marcadores sociais da diferença” são construções sociais, pré-existem ao nosso nascimento – não fomos nós que os criamos – e se articulam de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas³. Logo, nossa localização no mapa social depende: de nossas posições nos sistemas de classificação (estratificação), do que representamos⁴ (papéis sociais) e do tipo de controle que é exercido sobre nós.

Ao tratar da **questão gay**, Didier Eribon (2008) chama a atenção para este aspecto da constituição da realidade social que encontramos quando chegamos ao mundo. Nela já estão instaladas todas as formas de classificação, interdição, exclusão que ordenam hierarquicamente as relações entre pessoas. Mais que isso, as posições ocupadas nos sistemas classificatórios – operando através dos marcadores da diferença – são subjetivantes, ou seja, agem na produção dos sujeitos. Vale acrescentar que esta produção, tal como nos ensina Michel Foucault (1997), é ao mesmo tempo de sujeitos **sujeitados** e de sujeitos com possibilidades de ação. É no cruzamento dos marcadores sociais da diferença que se produzem opressões específicas a pessoas ou grupos e onde também podem ser produzidas distintas formas de resistência, ou nas palavras de Eribon “o movimento que leva da sujeição à reinvenção de si. Isto é, da subjetividade moldada pela ordem social à subjetividade ‘escolhida’” (ERIBON, 2008, p. 20).

Análises como as apresentadas são precursoras do que chamamos atualmente de interseccionalidade – uma categoria analítica que permite a leitura do social a partir das múltiplas opressões que atravessam a existência singular de cada pessoa, em todos os contextos sociais, categoria esta que retomaremos adiante.

PARA ALÉM DA DIFERENÇA

Arjun Appadurai (2009) inicia seu instigante texto “O medo ao pequeno número” com uma pergunta singela, mas que traduz boa parte dos desafios teóricos e políticos associados à compreensão dos vínculos paradoxais entre diferença e desigualdade: “Por que matar, torturar e encerrar os fracos em guetos?” (APPADURAI, 2009, p. 45). Sua preocupação central é compreender por que as minorias são objeto de medo e

3 Aqui queremos traduzir noções gerais de hegemonia de classe (“ricos”, “burgueses”), de raça/cor (“branquitude”), de sexualidade (heterossexualidade), de sexo/gênero (masculinidade, homem), de idade/geração (pessoas “adultas”) etc.

4 O desempenho de papéis sociais não pode ser confundido com a mera representação, como se fosse uma mentira, uma máscara que colocamos e tiramos a nosso bel prazer, conforme a situação. Isto porque o papel dá forma à ação e ao agente que o performa, de modo que quanto mais vivemos um papel social, mais acreditamos que ele seja “real”, pois ele gera uma identidade. No entanto, ele não é fixo nem imutável, também a identidade gerada não é fixa nem imutável (BERGER, 2007).

de raiva, especialmente em contextos de disputas étnico-nacionalistas marcadas por conflitos entre “nós/ eles (os outros)” e de construção de “identidades predatórias”. Em suas palavras: “Defino como ‘predatórias’ aquelas identidades cuja mobilização e construção social requerem a extinção de outras categorias sociais próximas, definidas como ameaças à própria existência de algum grupo, definido como ‘nós’” (2009, p. 46). Um exemplo emblemático de identidade predatória, para o autor, seria o antissemitismo nazista.

Ao refletir sobre o significado da expressão “pequeno número”, Appadurai resgata o contexto de surgimento da ideia de “respeito às minorias”, fazendo uma distinção entre minoria procedimental e minoria substantiva: “A palavra-chave, aqui, é opinião, pois as minorias de procedimento não são minorias culturais ou sociais, são minorias temporárias, minorias exclusivamente de e por causa de uma opinião” (2009, p. 54). O respeito à opinião da minoria ainda hoje é pensado muitas vezes em termos apenas procedimentais, ou seja, conjunturais e em contextos políticos próprios a debates pontuais. Não se refere, em grande medida, ao respeito estrutural a um grupo social que constitutivamente se diferencia dos dominantes, trazendo para a cena política, como minoria substantiva, reivindicações que colocam em xeque o fundamento da desigualdade que estrutura a organização societária a partir da hierarquização desvalorizante da diferença, a exemplo de mulheres, negros e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), pessoas com deficiências etc. O que está em questão, neste caso, não é apenas o “respeito à opinião”, mas a definição social sobre quem pode ou não reivindicar o sentimento de pertencimento aos grupos respeitados socialmente em termos econômicos, políticos e culturais, a partir de atributos identitários raciais, religiosos, sexuais, de gênero, etários, entre tantos outros.

Não é à toa que cada vez mais enfoques culturalistas e identitários, como destacado por Ilse Scherer-Warren (2010) passam a substituir as clássicas análises de cunho marxista, com a tendência de abandono da perspectiva universalista que definia o proletariado como sujeito privilegiado da transformação social revolucionária. As reivindicações políticas desses novos grupos são expressão daquilo que Nancy Fraser (2002, p. 8) chama de “crescente proeminência da cultura na ordem emergente” e seus efeitos sobre a política, as perspectivas de justiça social e as lutas pela identidade e diferença. Na perspectiva de Fraser, porém, as lutas por reconhecimento e redistribuição devem ser pensadas a partir de uma concepção bidimensional de justiça social, em que as dimensões cultural e econômica da vida sejam vistas como igualmente importantes. A despeito da aparência de que o centro da contestação política estaria se deslocando da redistribuição para o reconhecimento, Fraser ressalta que conquistas recentes no eixo do reconhecimento podem estar associadas a perdas graves no eixo de redistribuição.

Neste contexto, destaca-se a produtiva reflexão sobre diferença feita por Avtar Brah (2006), que procura compreendê-la a partir de quatro perspectivas básicas: a) diferença como experiência (a experiência como lugar de formação do sujeito); b) diferença como relação social (circunstâncias materiais e práticas culturais como produtoras das condições de construção de identidades de grupos); c) diferença como subjetividade

(posições de sujeito produzidas social e culturalmente); e d) diferença como identidade (o “eu” como núcleo em transformação constante, que busca assegurar coerência, continuidade e estabilidade a processos que se fundam na multiplicidade, contradição e instabilidade). Os sujeitos individuais e seus múltiplos grupos de pertencimento seriam, portanto, agentes e resultados de experiências vivenciadas no contexto de relações sociais que produzem subjetividades estruturadas a partir de processos renovadores de construção identitária.

Em busca da compreensão das possibilidades de agência desses sujeitos marcados por diferentes eixos de opressão, Adriana Piscitelli (2008) propõe a utilização da noção de interseccionalidade e/ou de categoria de articulação para caracterizar a interação entre múltiplas formas de diferenças e desigualdades, que atingem, por exemplo, mulheres-negras-pobres ou homens-jovens-gays. O que se busca, neste caso, é compreender a lógica e as conseqüências políticas do entrecruzamento de múltiplos eixos de subordinação, para além do privilegiamento unilateral da noção de gênero ou de apenas dois marcadores de diferença específicos quaisquer, como ocorre, por exemplo, quando se fala em sistemas sexo-gênero (RUBIN, 1975) ou sistema raça-gênero. Aqui vale a pena destacar a instigante provocação feita por Donna Haraway, que aponta a dificuldade da maioria das/os pesquisadoras/es para analisar criticamente a diferença para além de leituras binárias:

[...] as feministas têm tanta razão em argumentar a favor de um sistema de raça/gênero quanto no argumento de um sistema de sexo/gênero, e os dois não são o mesmo tipo de movimento analítico. E o que aconteceu com classe? Cresce a evidência da necessidade de uma teoria da ‘diferença’ cuja geometria, paradigmas e lógica escapem aos binarismos, à dialética, aos modelos natureza/cultura de todo *tipo*. Do contrário, três serão sempre reduzidos a dois, que logo se tornam um solitário na vanguarda. E ninguém aprende a contar até quatro. Essas coisas têm importância política (HARAWAY, 2004, p. 207, grifo da autora).

Embora reconheça que interseccionalidade e categoria de articulação sejam ferramentas conceituais com distintos pressupostos teóricos e implicações políticas, particularmente no que diz respeito às concepções de poder, experiência, diferença e agência, Piscitelli (2008, p. 269) ressalta que ambas as noções seriam produtivas para “[...] pensar como construções de diferença e distribuições de poder incidem no posicionamento desigual dos sujeitos no âmbito global”. Essa produtiva valorização das categorias diferença e poder implicaria uma secundarização relativa da categoria gênero, que no pensamento feminista assumiu lugar central nas últimas décadas, obscurecendo ou subordinando outros “outros”, como conseqüência não intencional do esforço para desnaturalizar a opressão das mulheres desde pelo menos a antológica afirmação de Simone de Beauvoir de que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Como se sabe, os conflitos em torno desta categoria “mulher” não foram poucos, especialmente em decorrência dos questionamentos de feministas lésbicas, negras e latinas aos modelos explicativos prevale-

centes no pensamento feminista, os quais, mesmo quando não centrados apenas na categoria mulher ou gênero, tendem a subalternizar o potencial explicativo de outros eixos de opressão, não valorizados nas contribuições hegemônicas produzidas por mulheres brancas, heterossexuais, de classe dominante e altamente escolarizadas (PISCITELLI, 2009). Por outro lado, esforços interpretativos fortemente influenciados por Judith Butler (2003) e Gayle Rubin (1989) tendem cada vez mais a não reduzir à compreensão de gênero à diferença entre masculino e feminino, homens e mulheres, cultura e natureza. Gênero torna-se uma categoria central para pensar as conexões entre diferenças e desigualdades diversas, num contexto em que a heteronormatividade é um dos dispositivos estruturantes da vida em sociedade, por meio da tentativa de imposição da heterossexualidade como modelo de vida para todas as pessoas, inclusive para quem não se define como “heterossexual”, como destaca Richard Miskolci (2009).

Tal como outros conceitos/categorias de análise do social – poder, violência e sociedade, por exemplo – interseccionalidade não é um conceito unívoco. É muito comum, sobretudo nos movimentos sociais, a idéia de que as diferenças produzem desigualdades que se sobrepõem: mulher e negra e pobre e lésbica. Pensadas em termos de articulação, essas categorias podem ser vistas separadamente e dar-se centralidade a tipos específicos de opressão em contextos distintos, como se fosse possível separá-las. Uma mulher sofre certas opressões no sistema de gênero (que existe de forma universal, mas se manifesta de modo particular em cada cultura/sociedade), mas quando é discriminada em sua orientação ou prática sexual por ser lésbica é no eixo da sexualidade que parece se cristalizar sua opressão (homofobia ou lesbofobia), embora esta não possa ser dissociada das opressões que se entrecruzam a partir do sistema de gênero (RUBIN, 1989). Quando é discriminada por não ser admitida num emprego por sua aparência (negra), o eixo de opressão que se expressa nesta situação é dado pela posição numa sociedade racializada, pelo racismo, que não pode ser facilmente dissociado, porém, do sistema sexual e do sistema de gênero, já que esta pessoa negra é também mulher e lésbica, objeto, portanto, de machismo e lesbofobia, a despeito da aparência de que apenas o racismo a oprime numa situação específica. O que se observa, portanto, é que a pessoa não é divisível em cada situação particular, o que implica que as opressões a atingem de modo combinado, coexistindo e reforçando-se mutuamente na produção das desigualdades sociais. É por isso que interseccionalidade é um conceito analítico, ou seja, permite ler e interpretar a realidade para melhor atuar sobre ela visando a sua transformação.

PENSANDO POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE

Conceitos e categorias analíticas ajudam a ampliar nossa compreensão sobre a realidade. Em geral, são formulados no meio acadêmico para superar limites, impasses e tensões experimentadas na prática, na vida concreta. Um exemplo é o próprio conceito de gênero, visto a princípio com desconfiança pelos

movimentos feministas, e que se tornou útil também para a elaboração de agendas comuns e de ações na esfera governamental. Controvérsias à parte quanto à sua utilidade ou fragilidade política (GONÇALVES, 1998), apropriação semelhante ocorre com a noção de interseccionalidade. A Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) expressa claramente a intenção de tornar o conceito útil à luta por políticas públicas mais justas, capazes de levar em conta as especificidades resultantes do cruzamento dos marcadores da diferença e não políticas dirigidas a um suposto sujeito universal não marcado:

Para que as mulheres negras tenham suas demandas e necessidades atendidas, não são suficientes as políticas chamadas universais, ou seja, voltadas para grupos maiores, como por exemplo, as mulheres em geral ou a população negra. Ao contrário, a experiência brasileira e os dados apontam que as políticas universais para mulheres, por não considerar especificidades e desigualdades entre elas, têm privilegiado as mulheres brancas, especialmente aquelas residentes nos grandes centros urbanos. Dito de outra forma, a presença do racismo e outras desigualdades têm resultado no privilegiamento de um grupo minoritário de mulheres no acesso às conquistas da luta feminista (AMNB, 2010, p. 5).

Sendo raça e gênero os marcadores centrais para a AMNB, o documento chama a atenção para sua articulação (intersecção) com outros marcadores:

[...] Assim, para a melhoria das condições de vida das mulheres negras, o enfrentamento ao racismo é fundamental e prioritário. Por outro lado, não reconhecer o papel que o sexismo tem pode fazer com que se reforce desigualdades seja entre negros, seja entre outros grupos identitários. Assim, tem grande utilidade nestes casos a utilização do conceito de **interseccionalidade**. Trata-se de um conceito que afirma a coexistência de diferentes fatores (vulnerabilidades, violências, discriminações), também chamados de eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida das pessoas [...]. Desde a perspectiva da interseccionalidade, é possível pesquisar e visibilizar a existência ou não de desvantagens produzidas pela sociedade desigual sobre as pessoas (AMNB, 2010, p. 3-4, grifo das autoras).

Assim, é tangível ter no horizonte que os serviços de saúde estejam preparados para atender a uma jovem-negra-pobre-travesti, que geralmente não tem lugar nos programas e ações formulados pelos governos para jovens/negras/pobres/LGBT, inclusive no âmbito das políticas de saúde?

Se em documentos governamentais, como *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes* (BRASL, 2004) e *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (BRASIL, 2010), já é possível encontrar um número significativo de propostas de ação que se fundam na atenção simultânea a discriminações diversas, no mundo concreto das políticas públicas os sujeitos continuam a ser pensados universalmente. Ainda que no âmbito das políticas governamentais universais haja uma tendência para o reconhecimento de singularidades identitárias – como raça, gêne-

ro e geração –, estas em geral não são apreendidas de maneira interseccionada, uma vez que as ações e projetos raramente se destinam a combater, simultaneamente, múltiplas diferenças e desigualdades, concomitantes a formas diversas de discriminação e exclusão sociais. Como construir, então, políticas universalistas que contemplem as singularidades de grupos que não são reconhecidos no ideal universal de sujeitos de direitos? Como assegurar equidade e inclusão quando a sociedade não reconhece como inteligíveis pessoas que não se conformam aos ideais de coerência binária que organizam a vida social (homem x mulher, branco x negro, homossexual x heterossexual, jovem x velho, entre tantos outros), especialmente se a subversão da norma se dá numa perspectiva interseccionada.

Um exemplo emblemático é a situação de discriminação que atinge lésbicas, gays, travestis e transexuais quando buscam atendimento nas unidades públicas ou privadas de saúde, como mostram Fernanda Calderaro, Beth Fernandes e Luiz Mello (2008), já que geralmente as/os profissionais de saúde não estão preparadas/os para atender pessoas que não se conformem às normas sexuais, as quais prescrevem uma coerência estrita entre sexo, gênero e desejo sexual (BUTLER, 2003). O atendimento funciona com base em pressupostos que orientam a consulta e a anamnese, como na clássica pergunta durante uma consulta ginecológica: “tem vida sexual ativa?” Se a usuária for uma mulher lésbica e disser “sim”, o/a profissional imediatamente perguntará sobre contracepção, gravidez e aborto, e pressupondo um parceiro, talvez dirija mais algumas perguntas sobre presença ou não de dor na “penetração”, e assim por diante. Em situações como essa, é pouco provável que a usuária se sinta à vontade para falar de si e de como é sua vida sexual de fato.

O preconceito recorrente, portanto, é o que torna mais difícil também o acesso de travestis e transexuais ao sistema de saúde, ainda que a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (BRASIL, 2006) reconheça o direito a atendimento livre de qualquer discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, além de prever o direito de a/o paciente ser tratada/o pelo nome que deseja ser chamada/o, o que, em tese, também beneficiaria diretamente pessoas travestis e transexuais (CALDERARO; FERNANDES; MELLO, 2008).

Em um mundo ideal, todas as pessoas deveriam ser atendidas de forma humanizada e respeitosa em qualquer unidade de saúde, como bem expresso nos princípios de universalidade, equidade e integralidade que são estruturantes do Sistema Único de Saúde no Brasil. Todavia, enquanto isso não é uma realidade, uma alternativa possível tem sido a criação de espaços apartados e especializados no atendimento a travestis e transexuais, como no caso do *Ambulatório de Saúde Integral a Travestis e Transexuais*, criado em junho de 2009, na cidade de São Paulo, onde uma equipe multidisciplinar especializou-se no trabalho de recepção e acolhimento de travestis e transexuais, com demandas de saúde que não se restringem aos procedimentos relacionados ao processo transexualizador. Será, porém, que uma mulher-transexual-branca-rica-escolarizada enfrentará os mesmos problemas no acesso aos serviços de saúde

– especializado ou universal – que um homem-transexual-negro-pobre-analfabeto?

A partir deste enfoque, é possível repensar toda a formulação de políticas de saúde para sujeitos universais e pretensamente homogêneos, sejam homens, mulheres, adolescentes, crianças ou idosos.

PARA CONTINUAR PENSANDO E EXERCITANDO A INTERSECCIONALIDADE

No Brasil, mais de 110 anos de regime republicano se passaram até que um presidente da república originário da classe trabalhadora fosse eleito e, na sequência, uma mulher, enquanto, nos EUA, mais de 230 anos de independência transcorreram até a eleição de um presidente negro. Até hoje, porém, nunca houve um presidente negro no Brasil e, nos EUA, uma mulher nunca chegou ao cargo máximo dos regimes democráticos presidencialistas. Lá ou cá, quantos anos serão necessários até que uma mulher-negra-da classe trabalhadora seja aclamada presidenta da república? Esse exercício de imaginação mostra como as categorias *diferença* e *interseccionalidade* têm se tornado centrais para a compreensão das disputas entre perspectivas universalistas e particularistas no contexto das demandas por políticas públicas.

Considerando os limites das políticas universalistas enquanto um dos pilares do projeto de sociedade típico da modernidade, refletir sobre a diferença a partir de uma perspectiva interseccional pode nos ajudar a compreender como e porque grupos subalternizados diversos têm reivindicado atenção diferenciada a suas demandas identitárias de acesso a direitos e garantia de cidadania. Tais reivindicações políticas têm sido apresentadas como caminho possível para enfrentar as exclusões decorrentes de um viés universalista que, em nome de uma igualdade fantasmática, continua assegurando privilégios aos grupos dominantes históricos nas sociedades capitalistas: homens, brancos, heterossexuais, cristãos, escolarizados, ricos/classe média etc. O campo das políticas públicas, em particular, parece ser terreno propício para ilustrar os desafios que se tem pela frente quando se almeja acesso a serviços públicos de qualidade, sem privilégios de classe/escolarização, raça/etnia, orientação sexual/identidade de gênero e nacionalidade/filiação religiosa, entre outros.

Procuramos, portanto, neste texto, sinalizar como e porque o sujeito marcado necessita reafirmar na arena política sua humanidade e lutar, muitas vezes solitariamente, para ter acesso a direitos sociais supostamente assegurados a todas/os e vistos como intrínsecos e universais nos regimes democráticos.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. O medo ao pequeno número. In: _____. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009. p. 45-65.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS/AMNB. **Construindo a equidade**: estratégia para implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero e raça para as mulheres negras. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.amnb.org.br>. Acesso em: set. 2011.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística [1977]. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-76, jan./jun. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2010.

_____. **Portaria n. 675, de 30 de março de 2006**. Dispõe sobre documento da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. Brasil, 2006.

_____. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDERARO, Fernanda; FERNANDES, Beth; MELLO, Luiz. Cidadania TTLBG e o direito à saúde no Brasil. In: ROCHA, Dais et al. (Org.). **Diversidade e equidade no SUS**: parceria universidade e educação popular. Goiânia: Cãnone, 2008. p. 57-68.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. Ethics, subjectivity and truth. In: RABINOW, Paul (Ed.). **Essential works of Michel Foucault (1954-1984)**. New York: The New Press, 1997. v. 1.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 7-20, out. 2002.

GONÇALVES, Eliane. Pensando gênero como categoria de análise. In: ROCHA, Maria J. P. *et al.* **Estudos de gênero**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Programa Interdisciplinar da Mulher, 1998. p. 41-60.

HARAWAY, Donna. 'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de umas palavras. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-46, 2004.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-82, jan./jun. 2009.

PISCITELLI, Adriana G. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). **A Prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).

_____. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-48.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-74, jul./dez. 2008.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole (Org.). **Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina**. Madrid: Revolución Madrid, 1989. p. 113-90.

_____. The traffic in women. Notes on the "Political Economy" of sex. In: REITER, Rayna (Ed.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n.1, p. 18-27, jan./abr. 2010.